

O GRITO DA ELITE AGRÁRIA NORDESTINA: REALIDADE OU MITO?

Maria da Guia Santos Gareis*

RESUMO

O objetivo deste texto é contribuir com o estudo da história social, econômica e política do Nordeste através da reconstrução do discurso da elite agrária no Congresso Agrícola do Recife, encontro de protesto aos problemas enfrentados pelo Nordeste em fins da década de 1870, época de crise econômica e social para a região, que enfrenta a perda dos produtos típicos do Nordeste no mercado mundial e os efeitos das grandes secas de 1877 e 1879, a problemática da reorganização do mercado de trabalho, em decorrência da paulatina transformação do trabalho escravo em trabalho assalariado; a busca de alternativas para o mercado regional através do mercado intra-regional e inter-regional. A leitura e análise do documento do Congresso Agrícola do Recife de 1878 são, portanto, de grande valia para a compreensão da história brasileira e principalmente da sociedade nordestina do século XIX.

O CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE EM 1878 E A VOZ DA ELITE

Em julho de 1878, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas convocava, por ordem do Governo Imperial, representantes das Províncias do Rio Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, para uma reunião no Rio de Janeiro, com o propósito de discutir e analisar a situação da grande lavoura na região. Como o Governo Imperial naquele momento estava preocupado em analisar questões em torno da grande lavoura cafeeira, o Decreto Imperial

(*) Professora titular do Departamento de História e Geografia da UFPB - Campus II.

excluía, do Congresso Agrícola do Sul, as Províncias do Norte⁽¹⁾ O Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, conhecido por "Congresso de Sinimbú", por ter sido convocado pelo então Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú, nordestino de nascimento, representava um encontro da elite agrária do sul, especialmente a cafeeira.

A reação dos grandes proprietários nordestinos pela exclusão de representantes das Províncias do Norte foi a de convocar, como resposta contestatória, o Congresso Agrícola do Recife. Este Congresso foi organizado pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco (S.A.A.P). Em 4 de julho de 1878, a S.A.A.P. emitiu convite aos grandes proprietários das Províncias do Norte (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe), para se reunirem no Recife entre 6 e 13 de outubro de 1878, para avaliarem a situação da grande lavoura no Nordeste e tomar conhecimento do questionário emitido pelo Governo Imperial, que seria discutido no Congresso do Rio de Janeiro⁽²⁾.

A Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco pretendia reunir basicamente os grandes proprietários agrícolas do Nordeste sob o pretexto de analisar a "crise da lavoura" e de conhecer o conteúdo do questionário que acompanhou o ato do Governo Imperial, convocando o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. O encontro pretendia analisar também outros problemas, como a mão de obra nacional sem emprego, em consequência das secas, a qual poderia interessar à agricultura de Pernambuco⁽³⁾.

Embora o Congresso se propusesse a analisar a grande lavoura, constata-se que as questões apresentadas pelos congressistas envolveram

(1)

Congresso Agrícola do Recife, outubro de 1878. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco. Edição Fac-similar Comemorativa do Primeiro Centenário (1878-1978). Recife, Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1979, pp. 1/4.

(2) *Idem*, pp. 11/14.

(3) *Idem*, p.3.

prioritariamente os problemas enfrentados pela economia açucarcira, o que significa dizer que a maior parte dos congressistas era fazendeiros de açúcar.

A primeira edição dos anais é de 1879. Em 1978, a Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco publicou uma edição fac-similar comemorativa do centenário do Congresso Agrícola do Recife. Esta edição comemorativa acompanha uma magnífica introdução do professor Gadiel Perruci, historiador e professor da Universidade Federal de Pernambuco.

Embora neste Congresso tenham sido apresentadas várias temáticas, podemos afirmar que os discursos dos congressistas são organizados em torno dos problemas mais cruciais enfrentados pela economia do Nordeste, especialmente a monocultura do açúcar. Em torno dessas questões, os congressistas emitiram avaliações sobre vários aspectos da história e da sociedade do Nordeste: questões do regionalismo e do atraso da região; problemas quanto à inovação e adoção de tecnologia; a transição do trabalho escravo para o trabalho livre; a situação dos homens livres pobres; a questão monetária; a intervenção estatal na economia; vias de comunicação; meios de transporte; criação de bancos agrícolas; utilização da mão-de-obra nacional na grande lavoura; criação de fazenda modelo para o ensino agrícola, etc.

Ao discutir questões que envolviam a sociedade brasileira como um todo, e em particular a do Nordeste, o Congresso Agrícola do Recife, revela-se como um protesto da elite agrária nordestina, que realiza explicitamente uma crítica (e também uma autocrítica) a todo o processo social do Brasil, desde a fase da colonização até a década de 1880, quando da realização do Congresso.

A CONJUNTURA DA ECONOMIA DO NORDESTE

A ocupação do espaço do Nordeste processou-se nos quadros do capitalismo comercial europeu, em função sobretudo, da produção de determinadas mercadorias demandadas no mercado europeu. Dessa maneira, o Nordeste destacou-se como uma região especializada

em exportar produtos agrícolas para atender o mercado mundial, característica própria, também da formação do Brasil, reafirmada na formação social do Nordeste.

Os chamados produtos "típicos" do Nordeste (açúcar, cacau, fumo, algodão, couros e peles) viveram grande euforia de produção e exportação durante o período em que o consumo desses produtos, especialmente do açúcar e do algodão, alcançavam grandes proporções no mercado europeu.

Os produtos nordestinos começam a perder sua posição no mercado mundial a partir da segunda metade do século XVIII, quando então o açúcar brasileiro e, conseqüentemente o do Nordeste, recua ante a concorrência das colônias antilhanas da Holanda, da Inglaterra e da França. Todavia, essas perdas de posição no mercado internacional são recuperadas em determinados momentos, em decorrência de alguns acontecimentos externos que possibilitam a recuperação das exportações brasileiras. A crise de longa duração, iniciada na segunda metade do século XVII, chegou a ser definida por Celso Furtado, como "crise crônica" do açúcar nordestino. Realmente, salvo certos períodos de expansão, como, por exemplo, de 1680 a 1710, de 1792 a 1830, para o açúcar, ou de 1860 a 1870, para o algodão, a tendência geral é para a desvalorização comercial dos produtos agrícolas nordestinos. Em 1873, iniciou-se uma nova fase de depressão, que atingiu todo o mercado internacional, e que somente terminaria em 1897. Em 1878, o Nordeste conhece uma crise de curta duração, quando então os preços dos produtos agrícolas também estão em baixa no mercado interno. A crise agrícola de 1878 surge em decorrência da grande seca de 1877/78, que atingiu profundamente a produção e o comércio da região. As secas, de 1877-78 e 1888-89, de tão enormes proporções, ficaram inesquecíveis na memória da sociedade nordestina, ainda hoje lembradas como as "secas dos dois sete e dos três 8". Devido à escassez de alimentos, os preços subiam vertiginosamente⁽⁴⁾.

⁽⁴⁾ Mello, José Antônio Gonsalves de. "Por uma História do Império vista do Nordeste". Recife, Estudos Universitários, vol. 6, n.1, jan./margo, s/d.

A década de 1870 é uma época de momentos desfavoráveis ao Nordeste, onde ocorreram crises, secas e também revoltas populares, como a de quebra-quilos em 1874/75, que eclodiu devido à cobrança dos impostos⁽⁵⁾. Esses protestos, tanto como outros surgidos no Nordeste, representavam, principalmente, a reação do povo contra o descaso do Governo Imperial frente aos problemas da região.

TABELA

PRINCIPAIS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR REGIÕES

(% sobre o total das exportações)

Décadas	Nordeste	Norte	Sudeste
1821-1830	67,3	0,1	18,4
1831-1840	44,5	0,3	43,8
1841-1850	45,5	0,4	41,4
1851-1860	38,2	2,3	48,8
1861-1870	40,5	3,1	45,5
1871-1880	31,5	5,5	56,6
1881-1890	21,6	8,0	61,5
1891-1900	14,6	15,0	64,5

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1939/40, p.1380.

A decadência dos produtos agrícolas "típicos" do Nordeste, provocada pela conjuntura internacional e pela incapacidade interna da economia da região se reestruturar, surge pela conjunção de vários fatores: queda dos preços dos produtos no mercado mundial; perda de mercados tradicionais; esgotamento do solo; rendimento decrescente do setor agro-exportador; falta de capitais; ausência de renovação

⁽⁵⁾ Quebra-Quilos foram rebeliões sociais aparentemente motivadas pela aplicação em 1872, da Lei de 26 de junho de 1862, que impôs no Brasil o sistema métrico decimal. Souto Maior, Armando. *Quebra Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império. São Paulo, Editora Nacional/IMEC, 1978.*

tecnológica; suprimento da força de trabalho; falta de meios de transportes⁽⁶⁾.

Esta situação irá contribuir para neutralizar em grande parte a região Nordeste. Além do mais, a grande expansão da economia cafeeira no Sudeste do Brasil, após 1850, irá fixar nesta região o novo centro econômico do país, deslocando o eixo da economia brasileira para essa região, aumentando conseqüentemente as disparidades regionais no Brasil.

O GRITO DA ELITE AGRÁRIA EM 1878 E A BUSCA DE SOLUÇÕES: REFLEXÕES SOBRE ALGUNS POSTULADOS DOS CONGRESSISTAS

Como foi dito anteriormente, a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco pretendia reunir basicamente os grandes proprietários agrícolas do Nordeste, sob o pretexto de analisar a denominada "crise da lavoura" e a fim de conhecer o conteúdo do questionário que acompanhou o ato do Governo Imperial convocando o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, e de outras questões, como a mão-de-obra nacional, sem emprego em consequência das secas e que poderiam interessar à agricultura de Pernambuco⁽⁷⁾.

A crise econômica e social vivida pelo Nordeste, em particular a crise ocorrida na década 1870, justificaria a realização de um Congresso contestador de "agricultores" que, além de enfrentarem os problemas gerados pela dinâmica de mercado, enfrentam as provocações do governo Imperial, com políticas que demarcam favorecimentos regionais.

Uma leitura atenta do Congresso Agrícola do Recife permite ao leitor constatar que uma das questões que permeia todo o discurso dos atores é o isolamento do Nordeste - ou do Norte, como se dizia na época - frente a províncias do Sul, o que significa apontar o atraso

(6) Pinto, Virgílio Noya. "Balanço das Transformações Econômicas no século XIX". In: *Brasil em Perspectiva* (5. ed.). São Paulo, DIFEL, 1974, pp. 128/29.

(7) Congresso Agrícola do Recife, op. cit., p. 3.

regional e o aprofundamento das disparidades regionais. Os demais problemas levantados parecem surgir embasados nessa premissa. Diante dessa problemática, dois congressistas se apresentam de forma mais contundente: o Dr. Antônio Coelho Rodrigues, professor da Faculdade de Direito do Recife, piauiense de nascimento, mas radicado a longo tempo no Recife, e Henrique Augusto Milet, engenheiro de nacionalidade francesa, agregado à Missão Francesa de 1840, em Pernambuco e muito aclimatizado à região. As diferenças dos discursos de Coelho Rodrigues e Milet são bem visíveis, embora dentro do mesmo arcabouço teórico, isto é, o liberalismo econômico em voga na ciência econômica da Europa.

Embora o Congresso Agrícola do Recife pretendesse representar a agricultura de todo o Nordeste, apenas o fez em relação ao açúcar, uma vez que até mesmo o algodão não mereceu maiores atenções. Além do mais, é importante salientar que a Província de Piauí inicialmente não fora convidada, o que caracteriza também o domínio do poder açucareiro no Congresso.

A participação de Coelho Rodrigues no Congresso se identifica, sobretudo, com os interesses do comércio e devido ao seu prestígio pessoal. Sua fala é bem elaborada, de forma metódica e racional, ou seja, de cunho bem acadêmico, como se percebe pelos destaques dos fatores que contribuíram para a crise regional.

"Considero como causas primárias da crise medonha que estamos atravessando e cujas consequências mal se pode ainda prever, dois vícios radicados no país e a quase acrescentando verdadeiramente brasileira - a preguiça e o luxo"⁽⁸⁾.

Coelho Rodrigues em toda a sua fala demonstra ser contra a "cultura européia", preferindo a análise com base na cultura brasileira, mas sua avaliação é de cunho liberal e de caráter moralizante com argumentos de origem européia. O pensamento de Coelho Rodrigues é muito importante para a sua época. Ele chega a afirmar que o regime político vigente no Brasil no século XIX, não é apenas uma

⁽⁸⁾ Congresso Agrícola do Recife, op.cit., p.81.

monarquia, mas uma oligarquia, significando o poder controlado por poucos grupos sociais.

"E nem vos desculpa a apregoada necessidade da disciplina dos partidos, porque não os temos. Nosso regime de governo, tal como vai sendo e tem sido praticado, tem muito mais de oligarquia do que de monarquia"⁽⁹⁾.

Para Coelho Rodrigues, o principal fator para a crise do século XIX é a intervenção estatal, daí sua defesa ao laissez-faire, criticando a colonização estrangeira que beneficia o Sul em detrimento do Norte⁽¹⁰⁾.

Embora muitas das idéias de Coelho Rodrigues sejam defendidas por outros congressistas, suas observações são mais consequentes. Além do mais, considerando possuir idéia contrária à maioria dos participantes, apresenta um determinismo sócio-econômico quase isoladamente, no Congresso, para explicar a desordem econômica e social.

"Considero todas as revoluções e crises econômicas mais ou menos determinadas e sempre precedidas de desordens e perturbações na ordem moral.

"Penso que todos os povos são mais ou menos senhores da sua sorte, que todos pelo seu procedimento justificam a maior parte dos males que suportam, e que a Providência não é nem pode ser a causa direta e imediata da felicidade de alguns e da miséria de quase todos.

"Quando nos virmos em uma situação crítica, ou em uma condição de miserável, antes de olharmos para o céu e clamarmos pela Providência, olhemos primeiro para nós mesmos"⁽¹¹⁾.

(9) Idem, pp. 83/84.

(10) Idem, pp. 91/92.

(11) Idem, p. 80.

Ao mencionar a questão econômica, Coelho Rodrigues também apregoa que "quem cria valores é o trabalho, e o que acumula riquezas é a economia"⁽¹²⁾, argumentando que a causa dos males da inflação é a emissão de papel-moeda e não a reprodução de riquezas.

Ao analisar uma crítica no sistema eleitoral, Coelho Rodrigues apresenta algumas considerações sobre os conflitos de classe no Brasil. Chamando a atenção para a situação dos homens livres e pobres, no sistema escravocrata moribundo, afirma que o sistema eleitoral incentiva a preguiça do povo brasileiro, porque o voto é uma forma de ganho para o pobre em época de eleições. Esta análise configura o que nos dias atuais é considerado de "curral eleitoral" e "voto de cabresto", práticas tão comuns em épocas de eleições em todo o Brasil, e talvez, especialmente no Nordeste, onde as relações escravistas tiveram tanta influência nas relações de poder e de mando. Embora Coelho Rodrigues tenha percebido também que os homens livres e pobres tenham a consciência que podem conseguir algum ganho extra em épocas de eleições, não chega a compreender a posição desses homens na ordem da sociedade escravocrata brasileira, acusando-os, sempre de homens sem "espírito de família" e de vida nômade e ociosa. A percepção de Coelho Rodrigues se assemelha a de quase todos os congressistas, frente à questão da força de trabalho nacional, que é uma tentativa de manter os homens livres pobres sobre o domínio dos senhores de terra e de escravos, num regime de relações de trabalho não assalariadas.

Henri-August Milet (nome abrigado Henrique Augusto), é o Secretario Geral da Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco por ocasião da realização do Congresso e assume a função de Secretário no Congresso Agrícola do Recife. Engenheiro de profissão, torna-se posteriormente Senhor de Engenho em Pernambuco. Sua posição no Congresso é de defensor dos interesses agrários. Devido à sua prática no mundo rural, Milet é um homem conhecedor tanto das teorias econômicas como das práticas agrícolas.

(12) Idem, p. 444.

O discurso de Milet é contraditório, o que talvez demonstra a sua luta com as dificuldades da sua época. Ao mesmo tempo que apresenta os problemas de seu tempo, lança soluções, algumas delas por demais utópicas.

É importante destacar que, inicialmente, só deveriam participar do Congresso Agrícola do Recife, os "agricultores" de Pernambuco; Milet, todavia, considerando que a problemática agrícola não é local e sim regional, defende a participação de "todos os lavradores da zona de exportação do mercado do Recife"⁽¹³⁾, isto é, do Nordeste.

À medida que o trabalho escravo está ameaçado de desaparecer, e aumenta a participação de homens livres, o Estado cria normas para evitar a ausência da força de trabalho livre na grande propriedade. Milet também vai se pronunciar contra a lei que cria o trabalho obrigatório para os homens livres e pobres, porque, na sua concepção, compete ao Estado definir que os homens devem viver de meios de vida honestos, mas não tem o poder de determinar o tipo de trabalho a ser realizado.

Quando da discussão da temática de inovações tecnológicas para melhorar a produção agrícola, Milet faz uma análise sobre a definição de "rotina na agricultura", afirmando que a palavra rotina define duas percepções: primeira, certos processos velhos de que alguém não deseja se desfazer, embora haja outros melhores; segunda, usos e processos adotados, aprovados pela experiência. Neste sentido, Milet, menciona melhoramento da cultura de cana em Pernambuco através do uso do processo intensivo. Em seu discurso quanto ao atraso tecnológico, Milet aponta a necessidade de se introduzir com urgência aparelhos aperfeiçoados e engenhos centrais no fabrico do açúcar. Ele defende as inovações tecnológicas, e preconiza os benefícios que elas podem trazer à economia açucareira. Apesar de Milet apontar com muita lucidez a questão da necessidade de inovações tecnológicas no campo, não questiona as consequências sociais e políticas que essas inovações podiam acarretar, o discurso de Milet é direcionado para defender os engenhos centrais e a expansão da rede ferroviária como meios de salvar a crise da economia açucareira.

(13) Congresso Agrícola do Recife, op.cit., p. 1.

"Para a cana de açúcar, primeiro a criação de engenhos centrais, única tábua de salvação a que se possam agarrar os agricultores de pouca força;

"Segundo, a introdução, nos engenhos de maior safra, dos aparelhos aperfeiçoados de que já temos exemplos nos engenhos São Francisco;

"Terceiro, o estabelecimento de uma rede completa de vias férreas, na região dos engenhos, onde, havendo critério no traçado e economia na construção e exploração, elas devem dar custcio e juros, e, por enquanto, diminuição nas exorbitantes tarifas das vias férreas existentes"⁽¹⁴⁾.

Na sua análise, Milet é um defensor dos interesses dos senhores de engenho, uma vez que ele acredita que somente os grandes proprietários são capazes de introduzir novas tecnologias. Na sua defesa por mudanças nas técnicas de produção, não se apercebe, todavia, que o que os engenhos centrais, e posteriormente as usinas, realizaram, não significou uma mudança, mas sim a transferência do controle da produção das mãos dos agricultores para os comerciantes e usineiros, grupo social ligado ao capital industrial e financeiro⁽¹⁵⁾.

O DUALISMO REGIONAL E O ATRASO DO NORDESTE

O enfoque do regionalismo justifica-se como uma, entre outras perspectivas de análise sócio-econômica e política da sociedade. Como a questão das disparidades regionais é antiga, e continua atual, as explicações para o problema são as mais diversas. Nossa preocupação, neste texto, é apresentar alguns aspectos surgidos no Congresso frente à questão regional.

(14) Congresso Agrícola do Recife, op. cit. , pp. 313/314.

(15) Eisenberg, Peter. *Modernização sem Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; Perruci, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

As disparidades regionais e o atraso do Nordeste frente a região Sul do Brasil (no Congresso a denominação Sul corresponde às províncias produtoras de café situadas no Sudeste) foram uma constante na fala dos congressistas e praticamente o fio condutor para análise da crise da economia nordestina. A disparidade regional existente no Brasil, ou o "isolamento das Províncias do Norte", como afirmam os congressistas, é registrado em todos os pronunciamentos, embora, às vezes, de forma não muito clara. O regionalismo era ressaltado normalmente através da participação e bravura do povo nordestino, especialmente do pernambucano, nos diversos momentos da história nacional, como os movimentos nativistas e de caráter liberal-republicano, como o de 1848⁽¹⁶⁾.

Como a convocação do Governo Imperial para o Congresso Agrícola do Rio de Janeiro excluiu as Províncias do Norte, o fato foi analisado no Congresso do Recife de forma bastante contundente, sendo o mesmo visto como um estímulo a um separatismo por parte das Províncias do Norte.

"Este Congresso que exprime ou se inspira em semelhante Pernambucanismo, quero dizer, provincialismo, que julgo tão útil e indispensável ao verdadeiro esplendor do Brasil, como a nossa independência do velho Portugal. Este Congresso, repito, exprime sim um pensamento semelhante aos das revoluções de 1817, de 1821, de 1824, com uma única diferença, bem profunda. Aquelas revoluções manifestaram-se de um modo selvático, com efusão de sangue, quando aqui temos um fato incruento, digno dos países mais civilizados; aqui só temos por arma o raciocínio, o debate, a virilidade do patriotismo e a fraternidade dos que sofrem males idênticos"⁽¹⁷⁾.

A problemática da questão regional aflora também em relação às riquezas naturais da região Nordeste, embora neste caso, os congressistas normalmente procurassem enaltecer a riqueza do solo pernambucano. À medida que os congressistas apresentavam a

(16) Quintas, Amaro. *O Sentido Social da Revolução Praieira* (5a. ed.). Recife Editora Universitária/UFPE, 1977.

(17) Congresso Agrícola do Recife. op.cit., pp. 102/103.

disparidade regional do Brasil e o atraso do Nordeste", apontavam a subvenção estatal à economia cafeeira como uma das causas principais para o atraso do Nordeste, uma vez que a economia nordestina não recebia o mesmo tipo de subvenção.

A percepção dos congressistas em relação à questão regional não atenta para o tipo de formação econômica e social da sociedade brasileira, e particularmente, do Nordeste, daí porque na avaliação deles, não está presente a forma como se deu a construção da sociedade brasileira e, conseqüentemente, das disparidades regionais, uma vez que a questão regional envolve a compreensão tanto do espaço total como do espaço local de uma mesma realidade⁽¹⁸⁾.

PROPOSTAS PARA SOLUCIONAR OS PROBLEMAS ECONÔMICOS DO NORDESTE

As abordagens que tratam da crise econômica do Nordeste apresentam vários fatores que contribuíram para o seu surgimento e algumas propostas de soluções para alguns problemas. De um modo geral os congressistas procuram indicar as soluções para os problemas que afligem a economia do Nordeste. Entre as propostas alternativas em busca de soluções, registram-se: necessidade de inovação tecnológica para modernizar as técnicas de produção; expansão dos meios de transporte, sobretudo os ferroviários; supressão dos direitos de exportação; criação de crédito agrícola; utilização da mão-de-obra nacional, isto é, dos homens livres pobres; ensino agrícola, leis para regular o juro e o padrão monetário; reforma da lei hipotecária.

As soluções indicadas pelos congressistas espelham os problemas mais cruciais que a economia enfrentava, contudo, de um modo geral, as soluções giram em torno dos problemas da grande propriedade açucareira, o que denota que o Congresso está preocupado em resolver os problemas da elite agrária e, não, problemas do Nordeste.

(18) Santos, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo, HUCITEC, 1978.

REPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Desde a abolição do tráfico de escravos em 1850, a perspectiva do término de relações baseadas no trabalho servil afrontara muitos personagens. Com a Lei do Ventre Livre em 1871, inicia-se uma nova fase no modo de organização das relações de trabalho no Brasil.

No final da década de 70, as discussões sobre o modo de encaminhar o processo de transição e solucionar o problema da mão-de-obra, revelaram posições diferenciadas e cheias de tensões. Reconhecendo os congressistas que a extinção do trabalho escravo acarretaria problemas, tecem análises sobre o emprego da força de trabalho nacional e estrangeira na grande lavoura monocultora.

Na época em que se realizou o Congresso Agrícola, ocorriam em todo o Brasil, grandes discussões em torno da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. No Nordeste, esta problemática vincula-se ainda ao fato de que muitos senhores vendiam seus escravos aos fazendeiros de café, como meio de adquirir capital para investir em seus negócios. Desde o início do século XIX, existia no Nordeste, uma mão-de-obra excedente, formada por homens livres, mas que no sentido específico do capitalismo, não se incorporava no trabalho assalariado. Devido ao alto custo do trabalho escravo, muitos senhores de engenhos, para suprir a necessidade de mão-de-obra, facilitaram o estabelecimento de moradores em suas terras, com a obrigação de trabalharem para a fazenda. Estes trabalhadores podiam derrubar matas, levantar choupanas e fazer pequenos roçados. Além do mais eram obrigados a dar dois ou três dias de trabalho semanal por baixo preço, ou gratuito, ao senhor de engenho.

Após o término do tráfico negreiro, com problemas de reposição de mão-de-obra, os grandes proprietários começaram a ter dificuldades em atrair trabalhadores rurais, devido, entre outros fatores, às condições de trabalho que impunham. No início da década de 1860, ouve-se o

clamor dos fazendeiros que exigem das autoridades medidas tendentes a obrigar os homens livres e pobres a trabalharem em suas terras⁽¹⁹⁾.

De um modo geral os congressistas compartilham com a idéia de que é necessário surgirem leis para regulamentar a vagabundagem e ociosidade dos homens livres pobres, uma vez que há escassez de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, sugerem ser necessário melhorar a vida social dos trabalhadores, apontando o ensino agrícola e a obrigatoriedade do ensino primário como meios para atingir esse objetivo.

A análise em torno da questão do mercado de trabalho deixa transparecer mais uma vez a posição dos congressistas enquanto defensores da elite agrária nordestina, por isso os problemas dos homens livres e pobres só existem enquanto fornecedores de mão-de-obra, mas não como homens inseridos no conjunto das preocupações da questão regional. O grito dos congressistas é a voz da elite, porque eles não representam os problemas do Nordeste que envolvem os homens agregados, moradores e pobres. Eles são porta-vozes políticos da elite agrária nordestina.

(19) Andrade, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo, Brasiliense, 1963; Monteiro, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*, (3.ed.). São Paulo, Brasiliense; Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ática, 1974.